

A porta que desenha a capa desta edição da *Plural* encerra o que já foi uma cela. A pequena janela e a grade que podemos observar na imagem eram aquilo que separava o mundo das pessoas encarceradas pelo crime do exercício político da liberdade, cujos sonhos, angústias e direitos estavam confinados atrás do trinco e do cadeado. A foto é de Camila Breviglieri Rufca (“sem título”, 2014), do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

O cinquentenário do golpe no Brasil é uma data de grande valor simbólico, porém ele também nos obriga a olhar em torno e ver suas consequências reais, perenes, institucionais. Hoje, nos cárceres e nas ruas brasileiras, a tortura e a violência institucionalizadas continuam sendo utilizadas como método privilegiado de interrogatório, desocupação, contenção, punição, humilhação, extorsão, a ponto de elevar o Brasil à posição de único país da América Latina no qual a tortura aumentou após o fim do regime autoritário.

Por esse e tantos outros motivos, temos um compromisso com a produção histórica e sociológica do país, ao apresentar o dossiê “50 anos do golpe militar no Brasil: legados, resistências e memórias”. Nas páginas que seguem, o acesso a espaços mais desbotados e, muitas vezes, mitigados de nossa memória coletiva pretende retocar um pouco as cores do passado, para que ele seja mais bem compreendido em sua complexidade.

Seguindo a proposta da revista, os autores que compõem este dossiê montam um quadro diversificado de temas e olhares, o que permite às novas gerações de pesquisadores a composição de sua memória com elementos da história política do país, reforçando sua relação de pertencimento com a trajetória brasileira de lutas, de ontem, mas também de hoje – nas resistências populares em favelas, periferias, quilombos; nas lutas no campo; nos conflitos indígenas; e nas ocupações urbanas que se organizam das cidades menores aos grandes centros. Ao trilhar tal seara, as novas gerações – mas não só elas – poderão posicionar-se melhor no cenário político brasileiro atual, por compartilhar seu legado e contribuir, quiçá em um futuro próximo, para essa rica história de resistências.

O primeiro texto do dossiê, “O ensino de história na ditadura civil-militar com a institucionalização dos estudos sociais”, é de Iêda Viana, professora da Universidade Tuiuti do Paraná. A autora se debruça sobre a implantação e os efeitos da Lei 5.692/71, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e do Decreto 853/71, que cria as disciplinas de Estudos Sociais e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Seu objetivo é explicitar como essa nova organização do campo de disciplinas do ensino básico abriu um campo de luta e resistência possível por parte dos professores de algumas escolas curitibanas.

No artigo seguinte, “Memória, verdade, justiça e direitos humanos: um estudo sobre as relações entre o Direito e a memória da ditadura civil-militar no Brasil”, Carlos Artur Gallo, pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, põe em evidência os elementos jurídicos que sustentaram o golpe por mais de duas décadas e cujos efeitos reverberaram depois do período autoritário. Ao analisar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), o autor indica a construção de uma legislação autoritária que confere sustentação legal aos atos ditatoriais, permite o esquecimento dos crimes do Estado (civis e militares) na volta à democracia e em torno da qual se levanta um debate sobre possibilidades jurídicas de enfrentamento do tema.

É importante considerar as continuidades e descontinuidades históricas entre os períodos do regime autoritário e da democracia, para assim entender esse fato histórico e seu impacto nos anos que se seguiram ao seu fim. Isso nos permite perceber a permanência da legislação, de práticas, debates – mas também dos atores –, da ressignificação de sua ação política no cenário brasileiro, bem como de seu papel no imaginário social do país.

O artigo “Militância, imaginário social e narrativas jornalísticas”, de Gabriela Nunes de Gouvêia e Luiz Gonzaga Motta, ambos da Universidade de Brasília, enfatiza esse último ponto. Os autores analisam a cobertura jornalística da eleição de Dilma Rousseff, em particular a produção discursiva sobre a militância da presidenta durante a ditadura.

Flavia Rios, socióloga da Universidade de São Paulo, em “A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar”, reconstrói o itinerário sociobiográfico de Thereza Santos, mulher negra, nascida no Rio de Janeiro e antiga militante comunista. A autora nos oferece, assim, uma análise que estabelece conexões históricas e sociológicas entre as mobilizações política e cultural no contexto de resistência ao regime militar, com base preferencialmente em fontes primárias: imprensa nacional e alternativa, correspondências, discursos, projetos artísticos e políticos, além de sua autobiografia.

Mantendo afinidade temática com o dossiê, Wallace Andrioli Guedes, da Universidade Federal Fluminense, oferece-nos uma resenha do recente livro de Caroline Gomes Leme, *Ditadura em imagem e som*, em que a autora faz uma análise da representação cinematográfica sobre o regime autoritário. A pesquisa que deu origem a esse livro ganhou o prêmio de melhor dissertação em Ciências Sociais no Concurso Brasileiro ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias.

Na seção Arquivo-vivo, apresentamos um trabalho histórico escrito pelo hoje professor emérito do Departamento de Sociologia da USP, Sedi Hirano, para a

disciplina Sociologia Industrial e do Desenvolvimento, ministrada na época por Fernando Henrique Cardoso, então professor dessa instituição. O texto se defronta com a temática do dossiê acerca do golpe militar, e sua história materializa o impacto da censura no campo da produção intelectual. Na época, lembra Sedi, Fernando Henrique considerou o artigo publicável e se propôs a indicá-lo para a *Revista Brasiliense*. No entanto, nesse ínterim, houve o golpe de 1964, e o processo para a publicação do texto foi interrompido. Por isso é com prazer redobrado que, cinquenta anos depois, publicamos o artigo inédito “A industrialização e a crise do poder”, uma potente análise da conjuntura econômica e política da época – e que, hoje, nos apresenta fatos históricos que antecederam o fatídico golpe. O texto é rico, sobretudo pelo conteúdo da análise que ilumina o passado e coloca questões para o presente, confirmando com isso sua atualidade.

A edição 21.1 também vai além do dossiê temático, apresentando outros quatro artigos, duas entrevistas inéditas e uma tradução. Os professores Igor José Siquieri Savenhago e Wlaumir Donisete de Souza, do Centro Universitário Barão de Mauá (Ribeirão Preto), abrem os artigos fora do dossiê, com o texto “Visões sobre educação: o caso de uma instituição penitenciária feminina no interior paulista”. Os autores analisam a perspectiva de detentas e ex-detentas que participaram de um projeto de reintegração social em Ribeirão Preto e os esforços do Estado para fazer um controle sobre o processo educativo e, ainda, sobre as resistências a tais padrões de controle.

“Um mapeamento das aproximações entre Weber e Nietzsche: uma cartografia”, de Leandro dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina, sugere um exercício teórico interessante sobre pontos de contato e afinidades possíveis entre os dois autores em temas como poder, conhecimento, modernidade e ética. Já “A noção de vida em Hannah Arendt e na Psicanálise” é mais uma contribuição de cunho teórico. A autora, Gabriela Gomes Costardi, doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo, busca aproximações possíveis entre a intelectual alemã e o campo da Psicanálise, refletindo sobre o papel da sexualidade na obra de Arendt, em comparação com obras psicanalíticas, em especial, as de Freud e Lacan.

Por fim, em seu texto “Matizes verdes, modernização ecológica e usurpação da biodiversidade”, Filipe Aquino, da Universidade do Porto (Portugal), aponta para o papel da tecnociência e da biodiversidade no capitalismo contemporâneo, marcado, sobretudo, pela depredação sociocultural e pela renovação econômica do grande capital transnacional.

Já a tradução desta edição é de um texto de Raymond Williams (1921-1988), “Marxismo, estruturalismo e análise literária”, feita por Ugo Rivetti. Nesse texto, publicado originalmente na prestigiada *New Left Review*, Williams analisa como é possível tomar a cultura e seus artefatos como objeto de estudo, sem, no entanto, isolá-la de seus condicionantes sociais, e, ao mesmo tempo, sem perder de vista suas especificidades. Para tanto, o autor dialoga com duas tradições decisivas para a discussão dessa temática que também tiveram papel central na Sociologia do século 20: o estruturalismo e o marxismo.

Também, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP recebeu, em 2013, dois sociólogos de indiscutível importância: Luc Boltanski e Wolfgang Schluchter. A passagem de ambos por nossa instituição rendeu a oportunidade de entrevistá-los, contemplando tanto um diálogo com a tradição sociológica francesa quanto um debate com a herança alemã. Nesta edição, oferecemos ao leitor as entrevistas que fizemos com ambos.

Para finalizar, esta edição especial de número 21.1 dá forma a uma nova postura da *Plural*: a organização de dossiês. Junto a isso, outra novidade é que agora estamos hospedados no portal de revistas acadêmicas do SIBi, Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. Assim, todo o material da revista poderá ser consultado na plataforma com o novo endereço digital da revista: [www.revistas.usp.br/plural](http://www.revistas.usp.br/plural). Sejam bem-vindos e aproveitem o percurso de reflexão histórico-sociológica que traçamos e que pretende se somar aos esforços e à tarefa premente de trazer à memória justamente aquilo de que se deve evitar a repetição.

*Comissão Editorial da Revista Plural*